

28 MAI 1990

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598

São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO

Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)**Diretor Responsável**

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Hora de agir com naturalidade

Os índices de preços calculados por diferentes instituições especializadas indicam, para este mês, uma inflação entre 5,5% e 7,5%. Um índice em particular — justamente aquele que o governo usou como referência para a inflação de abril, o da Fipe-USP — registrou aumento de 8,54% no período compreendido entre 16 de abril e 16 de maio. São números elevados, que os pessimistas interpretam como sinal de derrota do Plano Collor.

Até há poucos dias, o próprio governo, com seus erros, alimentou o pessimismo. O governo errou ao prometer a utopia da inflação zero e errou novamente quando, ao verificar que esse número não seria atingido, começou a disparar para diversos lados. Voltou a falar da possibilidade de se expurgar dos índices de preços os chamados “efeitos sazonais”, viu explosão de demanda no fato auspicioso de que o comércio recomeçara a vender mercadorias, fechou os financiamentos que pouco antes estimulara. Agindo desse modo, interpretou uma vitória — a queda da inflação de quase 100% ao mês para os níveis atuais — como derrota.

É verdade que o problema inflacionário persiste — e lamentavelmente persistirá enquanto não conseguirmos nos livrar dessa cultura inflacionária sustentada pela muleta da indexação — e preocupa, mas também é verdade que, levando-se em conta o comportamento da economia e os instrumentos de que o governo dispõe, números como os apurados pela Fipe não justificam o derrotismo.

Há retração nos negócios. Tanto os grandes magazines como o comércio mais afastado do centro da cidade de São Paulo vendem menos do que vendiam na primeira quinzena do mês. O desempenho do comércio em maio deverá ser pior do que o de abril, mês que já apresentara queda de 22,6% em relação às vendas de abril de 1989. Os superávits registrados pelo Tesouro, de sua parte, indicam que do lado do governo não surgirão pressões inflacionárias a curto prazo.

Além disso, a liquidez da economia continua em níveis considerados bons pelo Banco Central. Em expo-

sição que fez na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, disse que “o total de recursos hoje na economia é perfeitamente administrável e adequado aos objetivos do Plano Collor”.

Essa situação permitiu que o Banco Central resgatasse os instrumentos de política monetária, que deverá ser “contencionista e conservadora”, como Eris disse em entrevista publicada há dias pelo **Jornal da Tarde**. Uma política dessas, entretanto, não quer dizer uma revolução no mercado financeiro. Quer dizer, por exemplo, dar ao **open market** seu verdadeiro papel, de regulador do nível de liquidez da economia, e não o de mero mecanismo de financiamento do déficit do setor público em que ele foi transformado nos últimos anos.

A nova política para o **open** anunciada por Eris na semana passada tem esse objetivo. Acabou o socorro automático aos bancos que, no final do dia, ficassem com um volume de títulos maior do que seus cruzeiros (o BC cobria essa diferença a juros de mercado; agora, os bancos terão de recorrer a uma linha de redesconto de custo maior do que a remuneração dos papéis do governo) e retornou ao mercado a Letra do Tesouro Nacional, que tem remuneração prefixada.

As consequências práticas dessas medidas, de acordo com especialistas, serão melhor controle da quantidade de moeda pelo Banco Central e liberdade para o mercado formar o preço do dinheiro. Até recentemente, pressionado pela necessidade de captar recursos para financiar o déficit público, o Banco Central oferecia taxas de juros crescentes aos aplicadores. Agora, o mercado decidirá por qual preço aceitará os papéis do governo.

Decisões como essa transmitem a impressão de que, tendo domado seu próprio susto, a equipe econômica começa a agir com a naturalidade indispensável para que a economia possa aliviar a tensão em que vive há mais de dois meses e comece a caminhar em direção à normalidade.